

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Secretaria de Fiscalização de Pessoal**  
Divisão de Acompanhamento

**Servidor:** REGINETE DE LIMA  
**CPF:** 489.713.167-72 - **Matrícula:** 1262920  
**Tipo de Ato:** APOSENTADORIA - **Processo:** 272000384/2010  
**Cargo:** Auxiliar de Saúde - Classe Única - Padrão XX  
**Número do Ato:** 003052-5  
**Órgão de Origem:** Sec. de Estado de Saúde (SES)

Senhor Diretor

Examina-se, na oportunidade, a legalidade do ato de aposentadoria voluntária com proventos integrais instituída pela servidora em epígrafe.

2. O Controle Interno não identificou impropriedades na análise de sua alçada, razão pela qual opinou pela legalidade da presente concessão.

### **ANÁLISES ANTERIORES**

3. Inicialmente, registrou-se que a inativa já esteve aposentada, indevidamente, no Cargo de Auxiliar de Saúde, no período de 17/06/2010 a 01/09/11, e que, quando da inativação anterior, a servidora não contava 25 anos de serviço público, razão pela qual não poderia ter sido concedida aposentadoria com base no art. 3º, I, II e III e parágrafo único da EC nº 47/05.

4. Ademais, frisou-se que a viabilidade de os servidores integrantes do Quadro Suplementar inativarem-se ou legarem pensão pelo regime de previdência do servidor público, em vista de não terem sido admitidos por meio de concurso público, situação versada neste feito, já está pacificada nesta Corte, nos termos do Enunciado nº 88 das Súmulas de Jurisprudência, que estabelece: *"É admissível a aposentadoria de servidor não estável, admitido antes da vigência da Constituição Federal de 1988, bem como daquele amparado pelo art. 19 do ADCT, ocupante de Quadro Suplementar do Distrito Federal"*.

5. Registrou-se que a regularidade das parcelas do abono provisório seria verificada na forma do item I da Decisão nº 77/07, adotada no Processo nº 24185/07. Entretanto, em virtude de informações da Aba "Acumulações", c/c consultas efetuadas ao site do TCU, fez-se necessário diligenciar a respeito da acumulação de cargos.

6. Dessa forma, o Tribunal, por meio da **Decisão nº 5929/13**, proferida no Processo nº 29.891/13, assim se manifestou:

*"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, determinou a realização de diligência para que a jurisdicionada, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes*

*providências: I - prestar circunstanciados esclarecimentos acerca da acumulação do cargo distrital de Auxiliar de Saúde com o cargo federal ocupado pela servidora na Imprensa Nacional. Em especial, deverá ser digitalizado e incluído na aba Anexos e Observações do Módulo de Concessões do SIRAC o seguinte: a) as peças do Processo nº 272000384/2010 referentes à acumulação de cargos, em específico, a conclusão da comissão que analisou a acumulação; b) cópia das folhas de ponto e escalas de trabalho, na SES/DF e na Imprensa Nacional, referentes aos anos de 2010, 2011 e 2012, a fim de verificar a compatibilidade de horários; II - informar à Imprensa Nacional os períodos averbados para a concessão em exame, bem como solicitar daquele órgão os períodos averbados na concessão da aposentadoria publicada no DOU de 13/02/13, com a finalidade de averiguar existência de dupla averbação".*

7. Após atendimento da Decisão nº 5929/13, o corpo técnico apresentou suas análises.

8. Em atendimento ao item I.a, a jurisdicionada incluiu na Aba Anexos e Observações o arquivo "DOCUMENTOS REGINETE DE LIMA I", composto pela análise e conclusão emitidas pelo Núcleo de Análise de Acumulação de Cargos e Quintos – NUAACQ da SES/DF.

9. Em sua análise, o NUAACQ afirma que os cargos acumulados pela servidora não atendem ao art. 37, inciso XVI, alínea c, da CRFB, porque a ocupação de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos (AOSD) – Enfermagem não é uma profissão regulamentada por lei. Porém, tendo em vista que a servidora ingressou em ambos os órgãos anteriormente à promulgação da CRFB/88, afirma que a acumulação dos cargos se adequaria ao disposto no art. 17, §2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, que assegurou a manutenção do exercício de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, sem a exigência da regulamentação da profissão por lei.

10. Consigna que a análise da acumulação seria de competência da Imprensa Nacional, tendo em vista que esse órgão foi o responsável pelo último provimento (Portaria nº 292/01, art. 3º). Contudo, a acumulação teria sido analisada pela SES/DF por meio do processo nº 061.004.247/1990, extraviado, razão pela qual se desconhece a conclusão obtida.

11. Afirma que a soma da carga horária da servidora nos dois vínculos (70h semanais) ultrapassa o limite determinado pela Decisão-TCDF nº 2975/08, porém a justiça comum vem garantindo aos servidores o direito de acumularem cargos públicos acima do limite de 60h, devido à ausência de fixação pela CRFB de um limite máximo de carga horária.

12. Por fim, com base no art. 54 da Lei nº 9.784/99, conclui ter ocorrido a decadência do direito de a Administração declarar irregular a acumulação, posicionando-se então pela REGULARIDADE do acúmulo de cargos exercidos pela servidora.

13. Contrariamente ao posicionamento da SES/DF, segundo o entendimento esposado na

Decisão nº 1675/03 (Processo nº 497/02) e ratificado pela Decisão nº 1424/04 (Processo nº 5528/95), em vista do que consta nos arts. 70, 71 e 75 da Constituição Federal e dos arts. 77 e 78 da LODF, este Tribunal de Contas tem-se pronunciado pela inaplicabilidade do disposto no art. 54 da Lei Federal nº 9.784/99, recepcionada no Distrito Federal pela Lei nº 2.834/01, quanto a obstar o exercício do controle externo a cargo do Tribunal.

14. Acerca do atendimento da presente acumulação à ressalva disposta no art. 37, inciso XVI, alínea c, da CRFB (exercício de dois cargos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas), ressalta-se que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, em diversas ocasiões, levando em conta o nível de escolaridade exigido pela Lei nº 3320/04 (Ensino Fundamental) e considerando que o cargo de Auxiliar de Saúde – AOSD não deriva de profissão regulamentada e não é privativo de profissional da saúde, posicionou-se pela ilegalidade da acumulação desse com outro cargo público. Assim é o teor dos Acórdãos nº 666878, nº 813371, nº 621738 e nº 763248, o qual se transcreve:

*"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS (AOSD) – PATOLOGIA CLÍNICA E TÉCNICO DE LABORATÓRIO. CARGO DE AUXILIAR NÃO PRIVATIVO DE PROFISSIONAL DE SAÚDE. REQUISITOS CONSTITUCIONAIS NÃO OBSERVADOS.*

*1. De acordo com o artigo 37, XVI, 'c', da Constituição Federal, é permitida a cumulação de dois cargos públicos pelos profissionais da área de saúde, com profissões regulamentadas e compatibilidade de horários.*

*2. Conquanto a profissão de Técnico de Laboratório, devidamente regulamentada, seja privativa de profissionais da saúde, o mesmo não pode ser dito acerca da profissão de Auxiliar de Saúde (AOSD – Patologia Clínica) que, em observância às atividades desempenhadas e ao nível de escolaridade exigido pela Lei n. 3.320/04, não pode ser considerada privativa de profissional da saúde, revelando-se ilegal a acumulação dos cargos públicos ocupados pela impetrante.*

*3. Recurso de Apelação conhecido e não provido".*

15. No mesmo sentido, as situações tratadas nos seguintes feitos deste Tribunal:

a) Processo TCDF nº 26.073/05: acumulação, por instituidora de pensão, do cargo Assistente Intermediário de Saúde I (transformado no cargo de Auxiliar de Saúde, vide arts. 2º e 6º, III, da lei nº 3320/04) – AOSD – Enfermagem com o cargo de Auxiliar de Administração Pública, na antiga Secretaria de Administração, resultando em opção do pensionista por um dos benefícios;

b) Processo nº 4904/95: Decisão nº 5928/00 determinou que ocupante do cargo de Assistente Básico de Saúde (também transformado no cargo de Auxiliar de Saúde, vide arts. 2º e 6º, III, da lei nº 3320/04) optasse entre a aposentadoria no cargo da SES/DF e aquela concedida no cargo de Agente de Educação/Vigilância da Fundação Educacional do Distrito

Federal, culminando na anulação da aposentadoria no cargo de Assistente Básico de Saúde;

c) Processo nº 7162/96: acumulação do cargo Assistente Intermediário de Saúde I – AOSD com o de Auxiliar de Administração Pública. Decisão nº 5208/07 determinou à SES/DF que esclarecesse se o cargo exercido naquela Secretaria teria a natureza de cargo privativo de profissional de saúde. Decisão nº 1999/11 tomou conhecimento da anulação da aposentadoria da servidora no cargo da SES/DF;

16. Conforme visto, o NUAACQ concluiu que os cargos acumulados pela servidora não atendem ao art. 37, inciso XVI, alínea c, da CRFB, porém considerou que a acumulação se adequaria ao disposto no art. 17, §2º, do ADCT, que exige serem os cargos privativos de profissionais de saúde, sem a necessidade de regulamentação da profissão por lei. De qualquer forma, não restou demonstrado que o cargo ocupado pela servidora seria privativo de profissional de saúde.

17. Ainda que se considerasse a acumulação enquadrável no mencionado dispositivo do ADCT, haveria de se analisar a compatibilidade horária dos cargos. Sobre o assunto, a Decisão TCDF nº 5076/2013, cujo item II se transcreve:

*"II – orientar a jurisdicionada, com vistas à sua Comissão Permanente de Acumulação de Cargos, para que atente, na apreciação dos casos que lhe forem submetidos, que a análise da compatibilidade de horários trata-se de exigência constitucional indisponível, não sendo motivo para dela prescindir o advento de aposentadoria em qualquer dos vínculos, a qual é passível de cassação em face de eventual conclusão de acúmulo ilegal de cargos na atividade, nos termos da LC nº 840/11 (arts. 193, II, 195, IV, e 203)".*

18. Com base no argumento de decadência administrativa, a acumulação foi considerada regular pelo NUAACQ-SES/DF, a despeito de uma análise da compatibilidade horária dos cargos.

19. Por meio do item I.b da Decisão nº 5929/13, foi determinado à jurisdicionada que encaminhasse ao Tribunal cópias das folhas de ponto e escalas de trabalho, na SES/DF e na Imprensa Nacional, referentes aos três anos anteriores à aposentadoria, a fim de verificar a compatibilidade de horários.

20. Como a servidora esteve aposentada indevidamente no período de 17/06/2010 a 01/09/11, vindo a se aposentar novamente em 16/08/12 (concessão ora analisada), a jurisdicionada deveria ter enviado as cópias das folhas de ponto referentes aos meses de janeiro a junho de 2010 e de setembro de 2011 a agosto de 2012.

21. Contudo, por meio do arquivo “DOCUMENTOS REGINETE DE LIMA”, incluído na Aba Anexos e Observações, somente foi possível verificar a compatibilidade horária nos meses

de jan/10, mai/10, set/11, nov/11, dez/11 e jan/12.

22. Verifica-se que a servidora exercia 30h semanais na SES/DF e 40h semanais na Imprensa Nacional, totalizando 70h semanais.

23. Nos meses de janeiro e maio de 2010, anteriores à primeira aposentadoria, identificam-se choques de horário no período de 13h às 17h, às segundas, quartas e sextas-feiras, totalizando **12h semanais concomitantes nos dois vínculos**.

24. Nesses meses, a servidora trabalhava na **Imprensa Nacional** no horário fixo de 8h às 12h e **de 13h às 17h**, de segunda a sexta-feira. Já na **SES/DF** o trabalho era exercido **das 13h às 19h** às segundas, quartas e sextas-feiras, combinado com plantões de 12h aos fins de semana (de 7h às 19h do sábado ou de 19h do sábado às 7h de domingo).

25. Nos meses posteriores à aposentadoria tornada sem efeito, os choques de horário tornaram-se menos frequentes, porque a servidora passou a realizar na SES/DF, via de regra, a seguinte composição de horários: dois plantões semanais de 12h cada (das 19h às 7h) combinados com outras 6h corridas de trabalho aos sábados. Essa jornada se somou às 8h de trabalho diário de segunda a sexta-feira na Imprensa Nacional.

26. A fim de exemplificar, vejamos a semana de 05/11/11 a 11/11/11. A servidora teria trabalhado de 7h às 13h no sábado e descansado no domingo. Trabalhou por 8h diurnas na segunda-feira e na terça-feira. Uma hora após findo seu horário de trabalho na Imprensa Nacional, iniciou um plantão de 12h na SES/DF. Na quarta-feira, uma hora após o plantão, ingressou novamente na Imprensa Nacional para 8h de trabalho, com uma hora de intervalo para almoço. No dia seguinte trabalhou novamente na Imprensa Nacional durante 8h e uma hora após o expediente nesse órgão entrou em novo plantão de 12h na SES/DF, ao fim do qual iniciou nova jornada de trabalho de 8h diurnas, na sexta-feira. **Assim, entre os dias 08/11 (terça-feira) e 11/11 (sexta-feira), a servidora teria realizado 14h médias de trabalho diário, usufruindo nesses quatro dias de apenas uma noite de descanso. Levando-se em consideração ainda a necessidade de deslocamento entre um órgão e outro, a servidora teria trabalhado, em duas ocasiões por semana, durante 28h praticamente ininterruptas, intercaladas por apenas quatro intervalos de 1h cada, dois dos quais utilizados parcialmente para deslocamento.**

27. Ainda que nesses meses os choques de horário tenham se tornado pouco frequentes, verifica-se que a rotina de plantões noturnos de 12h **revela-se incompatível** com o trabalho diurno ao longo de 8h, por impor escassos intervalos para repouso, alimentação e lazer, fundamentais para a eficiência na prestação do serviço público e a dignidade da própria servidora.

28. Mais ainda, considerando a limitação orgânica do ser humano, infere-se que parte dessa carga horária excessiva foi irregularmente destinada ao repouso, onerando o erário sem a



devida contraprestação do serviço e prejudicando os cidadãos usuários do sistema público de saúde.

29. Nesse sentido, a Portaria nº 145/2011 editada pela SES/DF estipula a carga máxima de trabalho diária em 18 (dezoito) horas, com um descanso de 06 (seis) horas entre um plantão de doze horas e uma jornada normal de seis horas.

30. Em conclusão, considerando a sobreposição de 12h semanais verificada no exercício de 2010 bem como a jornada de horários incompatíveis revelada pelas folhas de ponto de 2011 e 2012, não restou comprovado o atendimento à exigência constitucional de compatibilidade de horários entre os dois cargos ocupados pela servidora (art. 37, XVI, caput), o que poderá ensejar negativa de registro da aposentadoria por esta Corte de Contas.

31. Quanto ao item II da Decisão nº 5929/13, verifica-se, no anexo “DOCUMENTOS REGINETE DE LIMA” que, conforme Ofício nº 304/2014 encaminhado pela Imprensa Nacional à SES/DF, a servidora não teria averbações anteriores nos seus assentamentos funcionais daquele órgão. Assim, não há que se falar em averbações em duplicidade.

32. Diante do exposto, o Tribunal, por meio da **Decisão nº 3323/15**, prolatada no Processo nº 29891/13, assim se manifestou:

*"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – considerar parcialmente cumprida a Decisão nº 5.929/13; II – determinar nova diligência à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, em reiteração, em essência, à diligência ordenada no item I da Decisão nº 5.929/13, comprove a licitude da acumulação de cargos da servidora, a teor do disposto no art. 37, inciso XVI, da CF e no art. 17, §2º, do ADCT, demonstrando, em especial, que o cargo exercido na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (Auxiliar Operacional de Serviços Diversos – AOSD – Enfermagem e, posteriormente, Auxiliar de Saúde) e na Imprensa Nacional tem natureza de cargo privativo de profissional de saúde, bem como que havia compatibilidade horária no exercício acumulado dos dois cargos, principalmente nos últimos 5 (cinco) anos em que houve acumulação de cargos, e juntando os documentos pertinentes na aba “Anexos e Observações” do Módulo de Concessões do SIRAC; III – dar ciência desta decisão ao TCU, que é o órgão responsável por apreciar a aposentadoria no cargo federal, publicada no DOU de 13.02.13, e à servidora".*

33. Após atendimento da Decisão nº 3323/15, o corpo técnico apresentou novas análises.

34. Em cumprimento à Decisão, a jurisidicionada encaminhou o Ofício nº 400/2016-GAB/SES (e-DOC CAEE1DBC-c), o qual limita-se a reproduzir as informações já trazidas quando do cumprimento à Decisão TCDF nº 5929/13.

35. A SES/DF informa mais uma vez que a acumulação dos cargos pela servidora, admitida

em 28/01/88 na Imprensa Nacional, foi declarada regular pelo Núcleo de Análise de Acumulação de Cargos e Quintos - NUAACQ com base (i) no art. 17, §2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da CRFB, que assegurou a manutenção do exercício de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, sem a exigência da regulamentação da profissão por lei e (ii) na ocorrência de decadência do direito de a Administração declarar irregular a acumulação, uma vez que essa não foi questionada no prazo de 5 anos contados do início da acumulação dos cargos.

36. Conforme exposto na Instrução anterior, o entendimento desta Corte, exposto na Decisão nº 1675/03 (Processo nº 497/02) e ratificado pela Decisão nº 1424/04 (Processo nº 5528/95), é no sentido de considerar inaplicável o art. 54 da Lei Federal nº 9.784/99, quanto a obstar o exercício do controle externo a cargo do Tribunal. Ainda, não foi demonstrado pela SES/DF que o cargo exercido pela inativa tratava-se de cargo privativo de profissional de saúde, ainda que sem regulamentação por lei.

37. Quanto ao enquadramento do cargo federal como privativo de profissional de saúde, a SES/DF consigna no mencionado documento tratar-se da especialidade "Auxiliar de Enfermagem", sem no entanto apresentar documentos do órgão federal que embasem tal informação. Nas folhas de ponto da Imprensa Nacional, trazidas no documento "DOCUMENTOS REGINETE DE LIMA" da Aba Anexos e Observações, consta que a lotação da servidora, ocupante do cargo Agente Analista de Sistemas Gráficos, Físicos e de Suporte, seria na COGEP - Coordenação de Gestão de Pessoas. Consultando o sítio eletrônico da Imprensa Nacional, verifica-se que a Coordenação, ademais de atribuições referentes a cadastros funcionais, desenvolvimento e avaliação de pessoas, possui a atribuição de *"manter junta médica, com a incumbência de realizar inspeções e perícias médicas, decidir os casos de licença ao servidor para tratamento de saúde, readaptação, aposentadoria por invalidez e reversão."* Porém, não fica claro que a Gerência de lotação da servidora (de sigla GEAME na competência 2010 e GESET na competência 2011) seria a responsável por tais atribuições relacionadas a serviços de saúde.

38. Quanto à compatibilidade horária dos cargos, relembra-se que a acumulação totalizava 70h semanais, sendo 30h na SES/DF e 40h na Imprensa Nacional. Conforme verificação efetuada com base nas folhas de ponto de jan/10, mai/10, set/11, nov/11, dez/11 e jan/12, foram identificados choques de horários (12 horas semanais concomitantes) no exercício de 2010, os quais se tornaram menos frequentes em 2011 e 2012, quando a servidora passou a cumprir sua carga horária na SES/DF na forma de plantões noturnos e de fim-de-semana.

39. Assim, permanece não comprovada a regularidade na acumulação de cargos pela servidora, tanto pelo aspecto da natureza dos cargos (não ficou comprovado tratar-se de cargos privativos de profissionais de saúde, na forma do art. 17, §2º do ADCT) quanto pelo aspecto da compatibilidade horária.

40. Em consulta ao sítio eletrônico do TCU, verificou-se que o ato de aposentadoria no

cargo federal permanece no controle interno aguardando parecer.

41. Uma vez que a SES/DF já foi chamada de forma reiterada a comprovar a compatibilidade dos cargos acumulados pela servidora, não tendo apresentado justificativas satisfatórias, cabe notificar a servidora a fim de que essa apresente novos dados a comprovar a licitude da acumulação, ante a possibilidade de ser chamada a optar por uma das aposentadorias.

42. Em razão da análise anterior, o Tribunal, mediante a **Decisão nº 2481/17**, proferida no mesmo Processo nº 29.891/13, assim se manifestou:

*"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – ter por parcialmente cumprida a Decisão nº 3.323/15; II – determinar diligência à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal para que, no prazo de 30 (trinta) dias, notifique a servidora Reginete de Lima para, querendo, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da aludida notificação, apresentar razões de defesa junto a este Tribunal, com vistas a comprovar a licitude da acumulação, a teor do disposto no art. 37, inciso XVI, da CF e no art. 17, §2º, do ADCT, do cargo na Secretaria de Saúde com aquele de Matrícula SIAPE 440753, exercido na Imprensa Nacional, ante a possibilidade de a Corte considerar ilegal sua aposentadoria ou ordenar que faça opção entre uma e outra aposentadoria, atentando, ainda, que deverá demonstrar que o cargo exercido na Secretaria de Saúde (Auxiliar Operacional de Serviços Diversos – AOSD – Enfermagem e, posteriormente, Auxiliar de Saúde) e aquele exercido na Imprensa Nacional têm natureza de cargo privativo de profissional de saúde, bem como que havia compatibilidade horária no exercício acumulado dos dois cargos, principalmente nos últimos 5 (cinco) anos em que houve a acumulação, encaminhando, para tanto, os documentos que julgar pertinentes".*

43. A Decisão nº 2481/17 não foi cumprida tempestivamente.

## **DILIGÊNCIA**

44. Em razão do exposto, o Tribunal, por meio da **Decisão nº 111/18**, proferida no Processo nº 29.891/13, assim dispôs:

*"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da reiteração de diligência apresentada pela SEFIPE; II – **reiterar** à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que cumpra, no prazo de 30 (trinta) dias, a Decisão nº 2.481/2017, vazada nos seguintes termos: “notificar a servidora Reginete de Lima para, querendo, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da aludida notificação, apresentar razões de defesa junto a este Tribunal, com vistas a comprovar a licitude da acumulação, a teor do disposto no art. 37, inciso XVI, da CF e no art. 17, §2º, do ADCT, do cargo na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal com aquele de Matrícula SIAPE 440753, exercido na Imprensa Nacional, ante a possibilidade de a Corte considerar ilegal*



*sua aposentadoria ou ordenar que faça opção entre uma e outra aposentadoria, atentando, ainda, que deverá demonstrar que o cargo exercido na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (Auxiliar Operacional de Serviços Diversos – AOSD – Enfermagem e, posteriormente, Auxiliar de Saúde) e aquele exercido na Imprensa Nacional têm natureza de cargo privativo de profissional de saúde, bem como que havia compatibilidade horária no exercício acumulado dos dois cargos, principalmente nos últimos 5 (cinco) anos em que houve a acumulação, encaminhando, para tanto, os documentos que julgar pertinentes”; III – alertar o titular da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal para a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 1/1994, c/c o §3º do art. 272 do Regimento Interno do TCDF, caso a nova determinação não seja atendida; IV – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para a adoção das providências de sua alçada". (Grifo nosso)*

45. Em atenção à diligência, a Jurisdicionada assim se manifestou:

*"Em atendimento a Decisão nº 111/2018 de 25/01/2018, que reitera a Decisão 2.481/2017 de 30/05/2017 as quais determinam que SES-DF dê ciência a servidora Regine de Lima, mat. 126292-0 para que ela querendo, no prazo de 60 dias a contar da data notificação, apresente razões de defesa junto ao Tribunal, com vistas a comprovar a litude da acumulação. Segue em anexo os documentos comprovando as convocações e por fim o ciente da servidora feita dia 20/03/2018 às 14:30".*

46. Ademais, juntou à Aba "Anexos e Observações" o documento COMPROVACAO DE CONVOCACAO - REGINETE DE LIMA - MAT 126292-0.pdf, do qual se extrai que a servidora foi convocada por e-mail em 08/02/18, às 15h19, 15h27 e 15h33, com falha na entrega. Posteriormente, em 14/03/18, foi encaminhado telegrama à servidora. Em 20/03/18, a servidora deu ciente na cópia da Decisão nº 111/18 (fl. 308 do Processo nº 272.000384/2010), podendo-se assim considerar que a servidora foi devidamente notificada.

47. Ainda, compulsando os Autos nº 29.891/13, verifica-se a juntada dos seguintes documentos:

a) e-DOC ADE0B29E-c contendo o Ofício SEI-GDF nº 307/2018-SES/Gab, de 07/02/18, encaminhando ofícios *interna corporis*, dos quais consta ratificação da análise feita pelo NUAAC/GEAP, apresentadas nos §§9/12 desta Informação, pela regularidade da acumulação. Ademais, traz cópias de análises que já constavam da Aba "Anexos e Observações", arquivo DOCUMENTOS REGINETE DE LIMA I. pdf;

b) e-DOC 530D71F0-e contendo procuração passada pela servidora ao advogado Ruber Marcelo sardinha para representá-la junto ao TCDF, bem como pedido de cópias efetuado pelo advogado;

c) e-DOC B09D1E49-c contendo as razões de defesa da servidora;

d) e-DOC A5654CE8-c, que apesar de conter ofício mencionando a Decisão nº 111/18, não traz nenhum documento referente à servidora Reginete de Lima.

48. Das **RAZÕES DE DEFESA** apresentadas, extraem-se os seguintes argumentos:

a) o exercício do trabalho de auxiliar de enfermagem foi regulamentado pela Lei nº 7.498/86 (art. 8º, inciso I), a mesma que dispõe sobre o exercício de enfermagem, sendo portanto profissão devidamente regulamentada;

b) sempre agiu de boa-fé;

c) na SES suas funções eram:

- "- *admissão do paciente;*
- *aferição de seus sinais vitais;*
- *orientação do paciente quanto a higiene e conforto;*
- *preparação de leitos;*
- *encaminhamento interno e externo de pacientes para exames;*
- *auxiliar a equipe de enfermagem;*
- *organizar e manter o ambiente limpo;*
- *organização de material e reposição dos mesmos;*
- *auxiliar os enfermeiros nas rotinas administrativas diárias, como execução de relatórios;*
- *auxiliar na preparação do paciente após o óbito".*

d) *"9.3 - Quanto ao Órgão Público Presidência da República - Imprensa Nacional, a Requerida foi contratada no cargo de Agente Analista de Sistema, Gráficos, Físicos e de Suporte, na ESPECIALIDADE DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM, com 40 horas semanais conforme contrato de trabalho anexo. 9.4 - Em que pese o CARGO de contratação ser denominado de "Agente Analista de Sistema, Gráficos, Físicos e de Suporte", o trabalho da requerida durante todo o período em que manteve o seu vínculo com a Imprensa Nacional foi de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, isso porque, não só ela mas todos os profissionais de saúde e outros como advogados, foram contratados à época na Agente Analista de Sistemas, Gráficos, Físico e de Suporte, mas para exercerem outras funções, em razão da Imprensa Nacional não ter à época, como não tem até hoje um quadro específico de planos de cargos e salários";*

e) no tocante à compatibilidade de horários afirmou que *"11 - Durante todo o período em que laborou nas funções tanto dentro da Secretaria Estadual de Saúde do Distrito Federal como na Imprensa Nacional a Requerida sempre trabalhou nos horários estabelecidos em seus contratos de trabalho sem que houvesse qualquer INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIO, isso porque junto a Secretaria de Saúde, como já dito antes e na forma da documentação acostada como prova, a mesma laborava em escala de plantão de 30 horas semanais, ou seja, nos horários noturnos das 19:00 as 07:00h, e/ou uma manhã ou uma*

tarde no sábado ou no domingo de acordo com a escala mensal. 11.1 - Quanto ao horário de trabalho na Imprensa Nacional a mesma laborou 40 horas semanais ou seja, das 08:00 as 17:00 horas, de segunda a sexta-feira com uma hora de intervalo. Ficando claro que os horários não eram incompatíveis, como nunca foram. (...) 13 - A Requerida não tem como apresentar qualquer tipo de folha de ponto de trabalho relativo a todo o período laborado para os dois órgãos governamentais, pois quem tem a posse e a guarda desses documentos são os respectivos órgãos e não ela. 14 - **A Requerida impugna as folhas de ponto apresentadas e confrontadas que supostamente apresentam choques de horários, uma vez que as mesmas, não fazem jus a verdade real da situação da mesma**". (Grifo nosso);

f) "ainda que se admitisse o suposto choque de horários ou a suposta impossibilidade de existir duas aposentadorias em razão de a Requerida não se encontrar dentro das ordenanças exaradas pela Carta Magna, deve-se no caso respeitar a ocorrência da prescrição para o fato, na forma do artigo 54 da Lei 9784/99";

g) declaração da Imprensa Nacional de que a servidora cumpria carga de 40 horas semanais como auxiliar de enfermagem e da SES de que a servidora cumpria carga horária de 30 horas semanais em regime de escala de plantão.

## DO MÉRITO

49. Verifica-se que a questão da prescrição já foi afastada conforme §13 desta Informação.

50. Com relação à possibilidade de acumulação dos proventos decorrentes dos cargos de Auxiliar de Saúde (antigo AOSD - enfermagem) na SES com o de Agente Analista de Sistema, Gráficos, Físicos e de Suporte, na Especialidade de Auxiliar de Enfermagem na Imprensa Nacional, a servidora argumenta que as atividades eram de fato inerentes à área de saúde.

51. Além dos processos mencionados no §15, deve-se mencionar que existem processos desta Casa, como, por exemplo, o Processo nº 5498/16 (Ato SIRAC nº 5991-7), onde o Tribunal considerou lícita a acumulação dos cargos de AOSD na esfera federal com auxiliar de enfermagem na SES, por meio da Decisão nº 3313/17, in verbis:

"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – ter por cumprida a Decisão nº 2.125/16, reiterada pela de nº 4.992/16; II – tomar conhecimento das razões de defesa apresentadas pela servidora, para, no mérito, tê-las por parcialmente procedentes, considerando lícita a acumulação de cargos incorrida por ela, com fulcro no art. 17, §2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT/CRFB, tendo em conta, especialmente, o entendimento firmado pela recente Decisão nº 1.869/17, proferida no bojo do Processo nº 34.916/08; III – considerar legal, para fim de registro, a concessão em exame, ressalvando que a regularidade das parcelas do abono provisório será verificada na

*forma do item I da Decisão nº 77/07, prolatada nos autos do Processo nº 24.185/07; IV – autorizar o arquivamento do feito". (Grifo nosso)*

52. De toda sorte, as discussões travadas naqueles Autos de nº 5498/16, frisa-se, divergem do caso ora analisado, vez que lá se autorizou a equiparação de AOSD-enfermagem da área federal com cargos de auxiliar de enfermagem, tendo em vista o disposto no art. 23 da Lei federal nº 7.498/86. Não existe essa equiparação para os AOSD distritais (vide §15 desta Informação). Ademais, mesmo que se considerasse possível estender tal equiparação aos AOSD distritais, a fim de possibilitar a acumulação entre os dois cargos, não se eliminaria a necessidade de comprovação da compatibilidade horária.

53. Os §§21/30 apontaram falhas graves (sobreposição de horários e jornadas extenuantes, como a mencionada no §26), ocorridas nos meses de jan/2010, mai/2010 e nov/2011. No §39, informou-se que os choques de horários tornaram-se menos frequentes em 2011 e 2012, quando a servidora passou a cumprir sua carga na SES na forma de plantões noturnos e nos fins de semana.

54. Nas suas alegações (alínea "e"), a servidora afirma que na SES "*laborava em escala de plantão de 30 horas semanais, ou seja, nos horários noturnos das 19:00 as 07:00h, e/ou uma manhã ou uma tarde no sábado ou no domingo de acordo com a escala mensal*" e que "*as folhas de ponto apresentadas e confrontadas que supostamente apresentam choques de horários (...) não fazem jus a verdade real*". Entretanto, não apresenta provas da alegação feita, afirmando que "*a Requerida não tem como apresentar qualquer tipo de folha de ponto de trabalho relativo a todo o período laborado para os dois órgãos governamentais, pois quem tem a posse e a guarda desses documentos são os respectivos órgãos e não ela*", esquecendo-se que esses documentos lhe dizem respeito e cópia deles pode ser solicitada com base na Lei da Transparência. Frisa-se que, na Aba "Anexos e Observações", constam documentos que respaldaram as análises dos §§21/30 e dentre eles estão folhas de ponto rubricadas pela servidora e assinadas pelas chefias.

55. Registra-se que, em consulta ao *site* do TCU (vide anexo), o ato de aposentadoria no cargo federal ainda não foi registrado e encontra-se em análise. Menciona-se que o TCU já teve conhecimento de que tramita no TCDF este Ato SIRAC, conforme foi determinado pelo item III da Decisão nº 3323/15 (e-DOC C2E41BD2-c).

56. Ademais, registra-se que, por meio das Decisões nºs 3323/15, 2481/17 e 111/18, o Tribunal vem tentando sejam enviadas as comprovações de que havia compatibilidade horária nos últimos cinco anos (folhas de ponto), o que não foi feito, nem pela SES e nem pela interessada.

57. De toda sorte, a acumulação de proventos é ilícita, independentemente da questão da incompatibilidade horária constatada na amostra apresentada, vez que os cargos de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos (AOSD) – Enfermagem da esfera distrital e Agente

Analista de Sistema, Gráficos, Físicos e de Suporte - Auxiliar de Enfermagem da esfera federal não são acumuláveis, conforme discutido nos processos TCDF mencionados no §15 desta Informação.

## CONCLUSÃO

58. Diante do exposto, sugere-se conhecer e negar provimento à defesa apresentada e noticiada no §48.

59. Além disso, diante da impossibilidade legal de acumulação dos cargos, sugere-se seja considerada ilegal a acumulação de proventos, devendo a servidora fazer a opção por uma das aposentadorias.

## SUGESTÃO

Em razão do exposto, sugere-se ao Tribunal:

- I) ter por cumprida a Decisão nº 111/18;
- II) conhecer e negar provimento à defesa apresentada pela servidora;
- III) determinar à Jurisdicionada que, no prazo de 60 (sessenta) dias:
  - a) notifique a servidora para que, em 30 (trinta) dias, faça a opção entre as aposentadorias da esfera federal e da SES/DF, alertando-a que, na falta dessa opção, poderá ter seu pagamento suspenso;
  - b) após decorrido o prazo estipulado na alínea anterior, caso não seja feita a opção, suspenda o pagamento à servidora;
  - c) informe ao Tribunal sobre as medidas adotadas.

À consideração superior.

Brasília, 23 de Agosto de 2018

LIANA RESENDE BRANDÃO - Mat. nº 4103

---

SIRAC - Sistema de Registro de Admissões e Concessões - 13:23:41 - 14/09/2018